

Portaria CAGE 03, de 13 de fevereiro de 2013.

O CONTADOR E AUDITOR-GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 2º, incisos VIII e XI da Lei Complementar 13.451, de 26 de abril de 2010, e considerando o disposto no artigo 150 da Constituição Estadual, nos artigos 52 e 53 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, no artigo 3º do Decreto 47.812, de 28 de janeiro de 2011, e no art. 15, parágrafo único da Lei Federal 11.494, de 20 de junho de 2007, resolve:

Art. 1º - Divulgar o Relatório de Gestão Fiscal Consolidado relativo ao exercício de 2012, de acordo com a Portaria 407, de 20 de junho de 2011, da Secretaria do Tesouro Nacional, com informações realizadas e registradas no Sistema de Administração Financeira do Estado – AFE pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO SCAPIN,
Contador e Auditor-Geral do Estado, Adjunto.
CPF – 294.272.400-59
CRC/RS – 37.113

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - CONSOLIDADO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN/2012 A DEZ/2012

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$

| <u>DESPESA COM PESSOAL</u> | DESPESAS EXECUTADAS (1) (Últimos 12 Meses) | |
|---|---|--|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 23.700.961.708,52 | 32.146.094,84 |
| Pessoal Ativo | 9.634.996.264,33 | 32.146.094,84 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 13.912.965.486,19 | - |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§1º do art.18 da LRF) | 152.999.958,00 | - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 11.556.102.672,63 | 29.765.520,60 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | - | - |
| Decorrentes de Decisão Judicial | 544.659.346,80 | 28.907.835,84 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 637.597.338,58 | 15.176,76 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (1) (2) | 8.868.922.015,49 | 424.547,15 |
| Demais Exclusões (1) | 1.504.923.971,76 | 417.960,85 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 12.144.859.035,89 | 2.380.574,24 |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b) | | 12.147.239.610,13 |
| <u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</u> | | VALOR |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) | | 23.710.653.600,52 |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100 | | 51,23% |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 60.00% | | 14.226.392.160,31 |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 57.00% | | 13.515.072.552,30 |

FONTE: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - Sistema FPE

Notas:

1

A Despesa Total com Pessoal está apresentada de acordo com a decisão do Tribunal de Contas do Estado - TCE quanto à Prestação de Contas da Gestão Fiscal do exercício de 2000, adotando-se, subsidiariamente, a orientação contida na Informação TCE 43/2001 e no Parecer Coletivo 2/2002, aprovados pelo Tribunal Pleno nas sessões de 10 de outubro de 2001 e 08 de maio de 2002, respectivamente. Neste sentido, não estão computados como despesa de pessoal os gastos com pensões, assistência médica, auxílio-refeição, auxílio-transporte, auxílio-creche, bolsa de estudos, auxílio-funeral e o Imposto de Renda Retido na Fonte da remuneração dos servidores.

2 A partir de 2012, as despesas com inativos e pensionistas empenhadas pelo regime de previdência, que eram contabilizadas no grupo 3, voltaram a ser contabilizadas no grupo 1. Essa alteração ocasionou uma dupla contagem nas despesas brutas com Pessoal Inativo e Pensionistas. A eliminação dessa duplicidade ocorre por meio do item Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados constante na parte de Despesas Não Computadas.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JAN A DEZ/2012

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Em R\$

| DESTINAÇÃO DE RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a) | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b) |
|---|---------------------------------------|----------------------------------|--|
| 1 - PODER EXECUTIVO (1.1 + 1.2 + 1.3 - 1.4) | 5.976.401.546,01 | 3.022.971.031,42 | 2.953.430.514,59 |
| 1.1 - Administração Direta | 5.668.826.759,23 | 3.022.106.552,89 | 2.646.720.206,34 |
| 1.2 - Autarquias | 313.058.103,26 | 71.938.520,53 | 241.119.582,73 |
| 1.3 - Fundações | 69.880.136,64 | 4.289.411,12 | 65.590.725,52 |
| 1.4 - Transferências Intragovernamentais | 75.363.453,12 | 75.363.453,12 | - |
| 2 - PODER LEGISLATIVO (2.1 + 2.2) | 3.001.017,38 | - | 3.001.017,38 |
| 2.1 - Assembléia Legislativa | 2.669.136,08 | - | 2.669.136,08 |
| 2.2 - Tribunal de Contas do Estado | 331.881,30 | - | 331.881,30 |
| 3 - PODER JUDICIÁRIO | 578.278.485,47 | 185.483.212,02 | 392.795.273,45 |
| 4 - MINISTÉRIO PÚBLICO | 16.636.006,78 | 35.556,02 | 16.600.450,76 |
| RECURSOS NO ATIVO VINCULADO (I) = (1 + 2 + 3 + 4) | 6.574.317.055,64 | 3.208.489.799,46 | 3.365.827.256,18 |
| 5 - PODER EXECUTIVO (5.1 + 5.2 + 5.3 + 5.4 - 5.5) | 1.320.379.718,24 | 8.643.036.631,03 | (7.322.656.912,79) |
| 5.1 - Administração Direta | 890.551.059,10 | 8.152.836.770,07 | (7.262.285.710,97) |
| 5.2 - Autarquias | 522.396.640,86 | 135.830.949,31 | 386.565.691,55 |
| 5.3 - Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS | 112.420.193,20 | 616.501.031,77 | (504.080.838,57) |
| 5.4 - Fundações | 132.334.288,51 | 75.190.343,31 | 57.143.945,20 |
| 5.5 - Deduções para fins de Consolidação do Poder Executivo: | 337.322.463,43 | 337.322.463,43 | - |
| - Transferências Intragovernamentais | 100.712.949,13 | 100.712.949,13 | - |
| - Contribuições ao IPE-SAÚDE | 12.202.565,26 | 12.202.565,26 | - |
| - Contribuições ao RPPS | 35.938.400,52 | 35.938.400,52 | - |
| - Taxa de Cooperação e Defesa da Orizicultura - CDO | 114.838.580,64 | 114.838.580,64 | - |
| - IRRF/CPS a Recolher | 65.840.463,64 | 65.840.463,64 | - |
| - Consignações sobre Folha de Pagamento | 7.789.504,24 | 7.789.504,24 | - |
| 6 - PODER LEGISLATIVO (6.1 + 6.2) | 75.911.907,49 | 21.227.351,13 | 54.684.556,36 |
| 6.1 - Assembléia Legislativa | 60.956.549,77 | 19.292.647,27 | 41.663.902,50 |
| 6.2 - Tribunal de Contas do Estado | 14.955.357,72 | 1.934.703,86 | 13.020.653,86 |
| 7 - PODER JUDICIÁRIO | 88.640.839,07 | 24.469.619,46 | 64.171.219,61 |
| 8 - MINISTÉRIO PÚBLICO | 56.932.103,43 | 9.116.115,59 | 47.815.987,84 |
| 9 - DEDUÇÕES PARA FINS DE CONSOLIDAÇÃO NO ESTADO (9.1 + 9.2 + 9.3) | 5.423.867,94 | 5.423.867,94 | - |
| 9.1 - Contribuições ao IPE-SAÚDE devidas pelos demais Poderes | 4.842.986,86 | 4.842.986,86 | - |
| 9.2 - Contribuições ao RPPS devidas pelos demais Poderes | 153.836,02 | 153.836,02 | - |
| 9.3 - IRRF e Contribuição Previdenciária Suplementar devidos pelos demais Poderes | 427.045,06 | 427.045,06 | - |
| RECURSOS NO ATIVO DISPONÍVEL (II) = (5 + 6 + 7 + 8 - 9) | 1.536.440.700,29 | 8.692.425.849,27 | (7.155.985.148,98) |
| TOTAL (III) = (I + II) | 8.110.757.755,93 | 11.900.915.648,73 | (3.790.157.892,80) |

Fonte: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - Sistema FPE

Nota: As Obrigações Financeiras não incluem os saldos de empenho do exercício não-liquidados inscritos nas contas de Restos a Pagar Não-Processados, os quais são demonstrados no Anexo VI.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN A DEZ/2012

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "b")

Em R\$

| DESTINAÇÃO DE RECURSOS | RESTOS A PAGAR | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) |
|--|--------------------------------------|-----------------------|---|-----------------------|--|---|
| | Liquidados e Não Pagos (Processados) | | Empenhados e Não Liquidados (Não-processados) | | | |
| | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | |
| 1 - PODER EXECUTIVO (1.1 - 1.2) | 79.200.525,16 | 286.684.469,87 | 233.616.676,58 | 175.077.365,99 | 2.953.430.514,59 | - |
| 1.1 - Administração Direta, Autarquias e Fundações | 79.216.378,41 | 291.717.593,48 | 233.616.676,58 | 175.077.365,99 | 2.953.430.514,59 | - |
| 1.2 - Contribuições patronais ao IPE-SAÚDE e RPPS | 15.853,25 | 5.033.123,61 | - | - | - | - |
| 2 - PODER LEGISLATIVO (2.1 + 2.2) | - | - | - | 191.139,43 | 3.001.017,38 | - |
| 2.1 - Assembléia Legislativa | - | - | - | 191.139,43 | 2.669.136,08 | - |
| 2.2 - Tribunal de Contas do Estado | - | - | - | - | 331.881,30 | - |
| 3 - PODER JUDICIÁRIO | 1.156,26 | 5.564.261,56 | 160.917.397,53 | 165.956.878,44 | 392.795.273,45 | - |
| 4 - MINISTÉRIO PÚBLICO | - | - | 35.556,02 | 177.286,17 | 16.600.450,76 | - |
| RECURSOS NO ATIVO VINCULADO (I) = (1 + 2 + 3 + 4) | 79.201.681,42 | 292.248.731,43 | 394.569.630,13 | 341.402.670,03 | 3.365.827.256,18 | - |
| 5 - PODER EXECUTIVO (5.1 - 5.2) | 72.190.132,96 | 607.789.575,26 | 22.941.069,24 | 83.218.971,57 | (7.322.656.912,79) | 108.551.176,40 |
| 5.1 - Administração Direta, Autarquias e Fundações | 94.463.611,28 | 708.930.388,56 | 25.066.054,25 | 83.968.560,31 | (7.322.656.912,79) | 108.551.176,40 |
| 5.2 - Contribuições patronais ao IPE-SAÚDE e RPPS | 22.273.478,32 | 101.140.813,30 | 2.124.985,01 | 749.588,74 | - | - |
| 6 - PODER LEGISLATIVO (2.1 + 2.2) | 2.337,87 | 12.761.610,73 | 4.247.860,27 | 12.528.551,60 | 54.684.556,36 | - |
| 6.1 - Assembléia Legislativa | 2.337,87 | 11.673.942,61 | 3.834.381,26 | 10.453.208,35 | 41.663.902,50 | - |
| 6.2 - Tribunal de Contas do Estado | - | 1.087.668,12 | 413.479,01 | 2.075.343,25 | 13.020.653,86 | - |
| 7 - PODER JUDICIÁRIO | 37.211,94 | 5.414.166,12 | 693.406,60 | 2.922.560,33 | 64.171.219,61 | - |
| 8 - MINISTÉRIO PÚBLICO | 59.203,86 | 1.181.244,33 | 1.855.360,40 | 43.014.971,30 | 47.815.987,84 | - |
| RECURSOS NO ATIVO DISPONÍVEL (II) = (5 + 6 + 7 + 8) | 72.288.886,63 | 627.146.596,44 | 29.737.696,51 | 141.685.054,80 | (7.155.985.148,98) | 108.551.176,40 |
| TOTAL (III) = (I + II) | 151.490.568,05 | 919.395.327,87 | 424.307.326,64 | 483.087.724,83 | (3.790.157.892,80) | 108.551.176,40 |

Fonte: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - Sistema FPE

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS LIMITES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JAN A DEZ/2012

RGF - ANEXO VII (LRF, art. 48)

R\$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|--|---|--|
| Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite - TDP | 12.147.239.610,13 | 51,23% |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 14.226.392.160,31 | 60,00% |
| Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) | 13.515.072.552,30 | 57,00% |
| DÍVIDA | VALOR | % SOBRE A RCL |
| Dívida Consolidada Líquida | 51.718.917.260,23 | 218,13% |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | 47.421.307.201,04 | 200,00% |
| GARANTIAS DE VALORES | VALOR | % SOBRE A RCL |
| Total das Garantias | 126.750.216,69 | 0,53% |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | 5.216.343.792,11 | 22,00% |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | VALOR | % SOBRE A RCL |
| Operações de Crédito Internas e Externas | 635.825.560,22 | 2,68% |
| Operações de Crédito por Antecipação da Receita | 0,00 | 0,00% |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas | 3.793.704.576,08 | 16,00% |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Op. de Crédito por Antecipação da Receita | 1.659.745.752,04 | 7,00% |
| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS |
| Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos | 483.087.724,83 | (3.790.157.892,80) |

FONTE: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - Sistema FPE

Luiz Paulo Freitas Pinto

Contador e Auditor-Geral do Estado

CPF 303.175.920-68

CRC/RS 35.762